

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.199 - SP (2020/0064058-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES

RECORRE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
NTE

ADVOGADOS : ANGÉLICA LÚCIA CARLINI - SP072728
MARIA PAULA DE CARVALHO MOREIRA - SP133065

RECORRIDO : LUIZ CARLOS ROLLA

ADVOGADOS : MÁRIO LUIS BENEDITTINI - SP076453
MARIA ISABEL OLYMPIO BENEDITTINI - SP225003

DESPACHO

Vistos etc.

O Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do Recurso Especial indicado como representativo da controvérsia n. 1.845.943/SP, determinou ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes que providenciasse "outros recursos envolvendo controvérsia idêntica a dos autos para posterior análise acerca da afetação, nos termos do art. 256-E do RISTJ" (despacho publicado no DJe de 6/3/2020).

A questão controvertida em questão é a seguinte: **legalidade ou não de cláusula contratual de seguro de vida em grupo que condiciona o pagamento de indenização por invalidez funcional permanente por doença (IFDP) à perda da existência independente do segurado (Controvérsia n. 148/STJ).**

Tendo em vista que o presente processo veicula questão idêntica à do referido recurso especial, determino, com fundamento no inciso I do art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, a distribuição deste recurso por prevenção ao REsp n. 1.845.943/SP (2019/0324319-8).

Cumpra-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017